



Foto/Roberto Parizotti

13º CONCURT chama para a luta por democracia, direitos e liberdade

Num momento adverso para a classe trabalhadora, em que o país encontra-se refém de um governo e um Congresso ultraliberal, a CUT reuniu centenas de trabalhadores, lideranças sindicais, políticas e sociais, no seu 13º CONCURT. A artilharia pesada contra os trabalhadores e trabalhadoras vem disfarçada em medidas provisórias e reformas que destroem direitos trabalhistas históricos, ameaçam o movimento sindical, penalizam a população mais pobre e aumenta o contingente de desempregados no país. Por isto, o lema do 13º CONCURT e suas principais resoluções enfocaram a luta por direitos, democracia,

soberania e liberdade. É um desafio de grande magnitude, tal qual o autoritarismo e a ditadura que a CUT enfrentou e resistiu logo nos seus primeiros anos de atuação, na década de 80. Agora, 36 anos após sua fundação, a CUT se vê às voltas com um “neoconservadorismo” simbolizado por um Presidente inimigo declarado dos movimentos sociais e assumido admirador do regime de 1964.

Durante o 13º CONCURT foi eleito o novo presidente da CUT. É o metalúrgico Sérgio Nobre. Em seu discurso de posse, ele garantiu: “A CUT vai continuar nas ruas, lutando pelos interesses da classe trabalhadora”.

Resgate da democracia, direitos e liberdade de Lula marcaram o 13º CONCUR



Delegados do Pactu presentes no Congresso

A CUT é a mais antiga central sindical brasileira em atividade, fundada em 28/08/1983, ainda fora da estrutura oficial, cuja instância máxima de organização eram as confederações profissionais. As centrais só foram reconhecidas formalmente em 2008, através da Lei 11.648, assinada pelo então presidente Lula. A CUT foi criada em resistência ao autoritarismo e à ditadura e com uma proposta de liberdade e autonomia para o movimento sindical. Paradoxalmente, 36 anos após sua fundação, a CUT se vê às voltas com um “neoconservadorismo” simbolizado por Jair Bolsonaro, inimigo declarado dos movimentos sociais e assumido admirador do regime de 1964. Sob essa perspectiva, com um de seus principais fundadores preso e sob forte ataque aos direitos sociais e trabalhistas, a CUT realizou, de 7 a 10 de outubro, o seu 13º Congresso Nacional, o Concut, em Praia Grande, no litoral sul paulista. O tema do Congresso foi “Sindicatos fortes = direitos, soberania e democracia”. Com um desafio desta magnitude, os discursos não poderiam

seguir uma linha diferente: todos ressaltaram a luta pela democracia como pressuposto principal para a manutenção de direitos, trabalho decente e a retomada da democracia. Unanimidade entre os participantes, a condição essencial para isso é a liberdade do ex-presidente Lula, condenado sem provas, em um processo reconhecidamente viciado, e preso logo após o julgamento em segunda instância, contrariando a letra da própria Constituição Federal.

Mais de dois mil trabalhadores e trabalhadoras de todo o país participaram do evento. Também participaram perto de 100 representantes de entidades sindicais e sociais internacionais de 40 países diferentes. A programação contou com dois seminários internacionais, sobre o futuro do sindicalismo e a desregulamentação e precarização do trabalho, além das deliberações sobre a estratégia, o plano de lutas e alterações no estatuto da Central. Os delegados do Pactu no Congresso foram Edilson José Gabriel (Umuarama), Sandra Regina Homeniuk (Guarapuava) e Wendrel Minare Vieira (Paranaíba).

Na atual conjuntura, os desafios da CUT são enfrentar um mundo do trabalho em rápida transformação, recuperar a democracia e buscar a retomada do crescimento econômico. Durante os debates, uma das principais decisões foi a de preparar os sindicatos para representarem os trabalhadores precarizados: desempregados, informais, terceirizados, prestadores de serviços para aplicativos, intermitentes e outros. Tudo isto em um contexto de ataque às entidades sindicais. Além da aprovação do caderno de resoluções, que vai balizar as ações da CUT nos próximos anos, um dos momentos de grande relevância do Congresso foi a eleição por unanimidade do novo presidente da CUT, o metalúrgico Sérgio Nobre. As resoluções do 13º Concut podem ser acessadas no site da CUT: www.cut.org.br.



Foto/Roberto Parizotti

Sérgio Nobre é eleito presidente da CUT Nacional

Os delegados e delegadas do 13º Congresso Nacional da CUT elegeram, em chapa única, a nova direção Nacional da CUT para o mandato de 2019/2023. Para a presidência da entidade foi eleito por unanimidade o metalúrgico do ABC, Sérgio Nobre. Sergio Nobre começou a trabalhar aos 14 anos, como aprendiz, na montadora de origem sueca Scania, em São Bernardo. Na mesma cidade, onde mora, transferiu-se seis anos depois para a concorrente Mercedes-Benz, da qual é funcionário até hoje.

Em seu discurso de posse, o novo presidente destacou que o período de seu mandato será difícil em consequência dos ataques aos direitos que a classe trabalhadora vem sofrendo desde o golpe de 2016, e mais fortemente nos últimos dez meses de governo de Jair Bolsonaro (PSL). Segundo Sergio Nobre, sob Bolsonaro o governo só apresenta propostas de retirada de direitos sociais e trabalhistas e não tem projeto de desenvolvimento econômico, com justiça e inclusão social, e geração de emprego e renda. Sérgio Nobre garantiu que a CUT vai continuar nas ruas, lutando pelos interesses da classe trabalhadora. No dia 30/10, será realizada uma grande manifestação em Brasília, em defesa do patrimônio público, das estatais, da Amazônia e dos direitos dos trabalhadores e das trabalhadoras. “Será a nossa primeira tarefa”, disse. A vice-presidência da CUT é ocupada agora pelo representante do sindicato dos Bancários de São Paulo, Vagner Freitas, que presidiu a CUT nos dois últimos mandatos. Para a Secretaria Geral, pela primeira vez nos 36 anos da CUT, foi eleita uma mulher, a trabalhadora rural paraense Carmen Foro.

Bradesco

Bancários assinam acordos específicos

A Contraf-CUT, federações e sindicatos assinaram com o Bradesco, três acordos coletivos aditivos à Convenção Coletiva de Trabalho (CCT) da categoria, relacionados à direitos específicos conquistados pelos trabalhadores. A assinatura aconteceu no dia 03/10, em São Paulo. Os acordos assinados já haviam sido aprovados pelos trabalhadores em assembleias, no dia 10 de setembro. Os três acordos são sobre ponto eletrônico, Cipa Treinet e um específico para trabalhadores do Bradesco Financiamento. “Esses acordos garantem aos bancários do Bradesco que seus direitos serão assegurados por dois anos e isso é muito importante nesse momento de ataques e desmonte das conquistas”, lembra Ana Paula Lorini, representante do Pactu na Comissão de Organização dos Empregados do Bradesco e dirigente do Sindicato de Umuarama. O acordo do ponto eletrônico abrange as unidades de todo o país do Bradesco, BBI, Financiamentos, Bradescard, Berj e Losango. O outro Acordo é sobre a Comissão Interna de Prevenção de Acidentes (Cipa), que garante o treinamento para todos os funcionários designados para exercer as atribuições da Cipa, o suporte do banco aos cipeiros e a disponibilização pelo banco de informações sobre o treinamento e sobre quais funcionários designados estão realizando os treinamentos. Já o terceiro acordo é específico para os trabalhadores da Bradesco Financiamentos, que passam a compor a categoria bancária com todos os direitos garantidos na Convenção Coletiva de Trabalho, porém com jornadas de trabalho especiais.



Com a assinatura do acordo, os direitos dos empregados do Bradesco estão garantidos por dois anos

ELEIÇÃO NA ANABB

Pactu apoia chapa que prioriza os associados

Começou no dia 01/10 e vai até 04/11 a eleição para renovação do Conselho Deliberativo, Conselho Fiscal e Diretor Regional da ANABB (Associação Nacional dos Funcionários do Banco do Brasil). A chapa “ANABB Unida para defender os Associados, a Previ, a Cassi e o BB Público” recebe o apoio dos sindicatos do Pactu. Para o Conselho Deliberativo, a chapa tem como candidatos: Fátima Marsaro 140 (DF), Francisco Alexandre 145 (AL), Jansen de Mello 163 (RJ), Luciana Bagno 168 (MG), Paulina Terra 187 (SP), Fernanda Carísio 142 (RJ), Gilmar Santos 150

(PA), Zé Valdir 164 (CE), Paula Goto 186 (PA) e Tania Leyva 203 (PR). Já para o Conselho Fiscal, os sindicatos apoiam Cinthia Reis 302 (DF) e Sérgio Mateus 318 (SP). “Esta chapa é a que reúne as melhores propostas para defender os interesses do funcionalismo e para lutar contra o desmonte e a privatização do BB”, explica Nivalda Sguissardi, coordenadora do Pactu. A votação pode ser feita pelo site www.anabb.org.br ou por cédula enviada pelos Correios. “A participação do funcionalismo nesse processo de renovação é muito importante”, alerta Nivalda.

Caixa

Justiça mantém incorporação da gratificação

A justiça manteve liminar da Contraf-CUT, que impede a Caixa Econômica Federal de revogar norma interna (RH151), que define a manutenção da gratificação de função aos empregados que exercem o cargo por mais de 10 anos e são descomissionados sem justo motivo, apenas para atender interesses administrativos do banco. O recurso que tentava derrubar a liminar foi negado pelo Tribunal Regional do Trabalho (TRT) da 10ª Região. Dessa forma, de acordo com a liminar, a Caixa continua obrigada a aplicar o normativo interno, procedendo a incorporação da gratificação de função para os empregados, quando houver dispensa da função sem justo motivo. A RH151 prevê a incorporação da gratificação, quando: a) a dispensa da função gratificada/cargo comissionado efetivo/função comissionada, por interesse da administração (sem justo motivo) e, b) o exercício da respectiva função por período maior ou igual a 10 anos.

Censo da Diversidade vai até 29 de novembro

O Censo da Diversidade da Categoria Bancária, uma conquista das Mesas de Negociação com a Fenaban, está em fase de aplicação e se encontra disponível a toda a categoria. De forma simples e objetiva, o Censo da Diversidade está acessível através do hotsite <https://diversidade.febraban.org.br/> e teve seu prazo final prorrogado até o dia 29 de novembro de 2019. Para participar basta ser funcionário de um dos bancos signatários e indicar as três últimas posições da matrícula funcional, os quatro primeiros dígitos do CPF e a data de nascimento. Este importante instrumento propiciará uma atualização dos dados levantados em edições anteriores e contribuirá efetivamente para a proposição de medidas que visem atender as necessidades identificadas pelos segmentos da categoria. É importante destacar que a participação massiva da categoria dará expressivas demonstrações da dimensão da diversidade entre as trabalhadoras e os trabalhadores nos bancos.





Reforma da Previdência aumentará pobreza, apontam especialistas

Neste Outubro Rosa, o trabalhador brasileiro poderá ganhar de presente sete anos a mais de trabalho para se aposentar. Mas, pior do que isto, muitas famílias vão perder o benefício da aposentadoria e ficarão mais pobres enquanto outras serão “jogadas” na miséria absoluta. São alguns dos efeitos previsíveis com a Reforma da Previdência que se encontra em fase final de aprovação no Congresso. Até o fim deste mês, possivelmente, a PEC da Reforma será votada em segundo turno no Senado, para em seguida ser sancionada pelo Congresso. A votação em primeiro turno aconteceu dia 02/10 e foi aprovada com 56 votos favoráveis e 19 contrários. Entre os que votaram a favor estão os senadores do Paraná: Alvaro Dias (Podemos) e Flávio Arns (Rede). Oriovisto Guimarães (Podemos) não participou da votação, mas havia manifestado apoio à reforma. A principal medida da reforma é a fixação de uma idade mínima (65 anos para homens e 62 anos para mulheres) para aposentadoria, extinguindo a aposentadoria por tempo de contribuição. O texto também estabelece o valor da aposentadoria a partir da média de todos os salários (em vez de permitir a exclusão das 20% menores contribuições), aumenta a contribuição para todos que ganham mais que um salário mínimo e estabelece regras de transição para os trabalhadores em atividade.

PEQUENA VITÓRIA- Após o primeiro turno no Senado, foram votados os destaques que separavam trechos específicos para deliberação à parte. Um deles derrubou as novas regras sobre o

abono salarial. A proposta previa o pagamento do PIS/Pasep apenas para quem recebe até R\$ 1.364,43. Com a derrota do governo, fica mantido o abono para quem tem renda mensal de até dois salários mínimos (R\$ 1.996). Atualmente 23 milhões de pessoas estão nessa condição. O governo conseguiu derrubar todas as demais propostas da oposição, mantendo praticamente inalterado o texto da reforma. Grande parte das mudanças impõe sacrifícios e perdas para os trabalhadores. Na maioria dos casos, haverá redução no valor de benefícios, mas o impacto será ainda pior para uma grande parcela que sequer conseguirá se aposentar.

DADOS MANIPULADOS - Antes da votação em primeiro turno no Senado, um grupo de respeitados pesquisadores, matemáticos e economistas divulgou uma nota técnica onde afirma que “o governo enganou a todos, deputados e senadores, empresários e trabalhadores, com sua proposta de reforma do sistema de aposentadorias”. Segundo eles, o projeto denominado Nova Previdência “é uma falsidade completa, um edifício de planilhas sem consistência, construído com dados manipulados para atingir os objetivos austericidas e privatistas do Ministério da Economia”. Eles garantem que a reforma da Previdência não apenas diminui o subsídio para os mais pobres, como joga muitas famílias na pobreza. A CUT já havia feito alerta neste sentido mesmo antes do projeto chegar ao Congresso.

Pactu participou de Encontro Nacional de Saúde do BB

No dia 28 de setembro, os dirigentes do Pactu, Luís Marcelo Legnani, de Campo Mourão, e Vinicius Gameiro, de Umuarama, participaram do Encontro Nacional de Saúde dos Funcionários do Banco do Brasil. O evento foi realizado em São Paulo e teve como principal item na pauta as negociações entre o banco e os empregados em torno do plano de custeio da Caixa de Assistência dos Funcionários do Banco do Brasil (Cassi).

O plano de custeio apresenta déficit estrutural e a direção do BB pressiona a categoria para alterar o Estatuto, com mudanças prejudiciais aos associados. Já as entidades representativas do funcionalismo solicitam mais prazo para que se possam construir uma proposta de consenso, que preserve a sustentabilidade da Cassi e, conseqüentemente, a manutenção da assistência às bancárias e bancários do BB. “Esse déficit foi identificado em 2014, e desde lá sabíamos que seria necessária uma negociação com o banco para solucionar o problema”, lembra Luís Marcelo Legnani.

A Contraf-CUT encaminhou à direção do BB um “manifesto-Proposta” de solução para a Cassi. O documento foi elaborado durante o Encontro Nacional, mas o banco se recusou discutir a proposta. A Contraf-CUT e demais entidades que compõem a mesa de negociação cobram do BB maior flexibilidade, pois não há outro caminho senão o consenso para solucionar de vez o impasse.

Nos dias 10 e 14/10, em resposta a ofícios enviados, respectivamente, pela Contraf e pela Contec, o banco reiterou sua recusa em reabrir as negociações. Segundo Marcelo, “a atitude do BB aproxima a Cassi da intervenção, algo que interessa aos setores do governo que desejam a privatização do banco”.

Dirigente do Pactu participou de Congresso da Previdência Complementar

Nos dias 16, 17 e 18/10, foi realizado, em São Paulo, o 40º Congresso Nacional da Previdência Complementar Fechada. O evento é organizado anualmente pela Abrapp, Associação Brasileira dos Fundos de Pensão e tem o objetivo de discutir ações para o fomento à Previdência Complementar do Brasil. Edilson José Gabriel, diretor do Pactu em Umuarama, participou do Congresso como um dos representantes do Funbep (fundo de pensão dos antigos funcionários do Banco do Estado do Paraná). Edilson é suplente de Ana Fideli Marques (dirigente do Sindicato de Curitiba) no Conselho Deliberativo da Fundação, na condição de representantes eleitos pelos funcionários ativos.

Segundo Edilson, “os congressos da Abrapp têm forte tendência patronal, governista e de mercado, mas é uma oportunidade para adquirir o conhecimento necessário às funções de conselheiro eleito”.